

Brasil Retorno ao futuro

SEBASTIÃO MARCOS VITAL

A geração nascida no início dos anos 40, da qual faço parte, aprendeu nos primeiros anos de escola, logo após o fim da II Guerra Mundial, que o Brasil era o País do futuro. E leu os versos famosos do poema "Por que me ufano do meu País".

A década de 50 trouxe consigo o sonho de Juscelino Kubitschek de fazer o futuro de 50 anos chegar em 5. O Plano de Metas, o processo substitutivo de importações, a instalação da indústria automobilística são marcos desta época que assistiu também ao rápido processo de urbanização.

O início dos anos 60 foi conturbado, do ponto de vista político. Na sua segunda metade estabeleceram-se as bases para um longo período de crescimento sustentado a partir de grandes reformas. A administração pública foi modernizada, o déficit público eliminado, a expansão monetária domada, os gastos bem direcionados, planos de médio prazo estabelecidos e a credibilidade externa recomposta. O futuro chegou. Chegou nos anos 70!

Vista da ótica dos anos 80, por quem nasceu nos 40, a década dos 70 trouxe o futuro. A formidável expansão das telecomunicações, o crescimento da habitação popular e do saneamento básico, a expansão da rede educacional, o aumento da expectativa de vida, a modernização da indústria, a conquista de mercados externos e o próprio crescimento econômico são as marcas registradas desse período. O Produto Interno Bruto (PIB) mais que dobrou no período 1970-79 e a renda per capita se elevou de 69%.

O crescimento econômico teve no comércio exterior a mola mestra e na poupança externa a alavanca para o crescimento. O saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, fortemente negativo, foi financiado pelos recursos externos. As taxas de juros eram então negativas em termos reais. A capacidade interna de poupar juntaram-se os fluxos de recursos externos que permitiram o aumento dos investimentos modernizados, que aceleraram o crescimento.

Os anos 80 trouxeram consigo juros reais positivos e elevados, petróleo caro e crise de confiança no sistema financeiro internacional. A poupança externa mostrou-se praticamente nula, tornando o País dependente de seus próprios esforços de poupança para crescer. O futuro, que chegara nos anos 70, foi-se embora. Na perspectiva da década o Brasil acusará renda per capita praticamente estacionária. Vive-se hoje com a mesma disponibilidade de bens e serviços por habitantes que havia na década anterior.

O crescimento urbano desordenado dos últimos cinco lustros obrigou o Estado a constantes investimentos em infra-estrutura,

aumentando assim a relação capital-produto. O esforço, contudo, mostrou-se insuficiente para atender as novas necessidades. Combinou-se, pois, a premência de novos investimentos com a redução dos fluxos de recursos externos. Caiu, em consequência, a capacidade de crescimento e aumentaram os "gaps" dos equipamentos urbanos. Hoje já se assiste à deterioração dos serviços públicos tais como telefones, correios, água, energia elétrica, segurança pública e saneamento.

Não se pode, contudo, dizer aos jovens de hoje que o futuro já passou. O Brasil possui inequívocas condições para o crescimento. Mas, não basta louvá-las. É preciso explorá-las. É preciso muito trabalho... e capital. É aí que residem nossas forças e nossas fraquezas.

O País necessita recompor sua taxa de poupança para fomentar o investimento e multiplicar a renda. É preciso, pois, listar os itens da poupança e verificar como se pode desenvolvê-los: a) poupança pessoal; b) lucros não distribuídos das empresas; c) poupança do Governo em conta corrente; e d) poupança externa (saldo do balanço de pagamentos em conta corrente).

O elemento que pode propulsar o crescimento das poupanças, em todos os casos, é a retração do Governo em relação a atividades que não lhe são própria e primordiais. Senão vejamos.

A poupança pessoal pode ser estimulada pela ausência de práticas fiscais confiscatórias, ausência de regras rígidas sobre composição de portfolios, taxas reais de juros positivas, regras econômicas estáveis e liberdade para os fluxos de fundos.

Os lucros não distribuídos das empresas dependem, primordialmente, da liberdade de praticar preços sem controles, tabelamentos ou congelamentos. Os eventuais abusos serão primeiramente combatidos pelo próprio mercado, através da redução da demanda. Os casos de competição imperfeita poderão, estes sim, sofrer a regulamentação governamental. A liberdade de preços e a retirada do Governo na área de regulação gerarão certamente clima da maior confiança na área empresarial, incentivando investimentos, produção e emprego.

A redução de intervenção governamental nos mercados de produtos e insumos, inclusive mão-de-obra, atrairá os capitais externos rumo à inversão de risco. O saldo negativo em conta corrente poderia agora ser coberto por entrada direta de capitais e mesmo por empréstimos voluntários de agências multinacionais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Clube de Paris. Esta parece ser, no momento, aliás, a intenção e esperança da "política do arroz com feijão", em contraponto à heterodoxia inconsequente.

Tudo isso sem se descuidar da possibilidade do financiamento através de esquemas de reescalonamento do principal e juros de dívida. As tentativas de confronto, até agora, só serviram para levar o País à estagnação, a três hiperinflações e à perda aguda de reservas cambiais.

Por fim, é indispensável que o Governo retome sua capacidade de gerar saldos em conta corrente, como ocorria nas décadas anteriores. Para tanto, necessário se faz reordenar as finanças públicas, reduzir as dimensões do Estado produtor, suprimir órgãos supérfluos e superpostos, eliminar a incúria administrativa, disciplinar os investimentos e fazer o Governo retornar às suas funções precípuas.

O programa de geração de saldos positivos em conta corrente, para financiar obras de caráter social, passa pela contenção do déficit consolidado do setor público, parte do qual é gerado no custeio de uma máquina burocrática controladora do setor privado. A redução do déficit, vale frisar, não pode ser feita como nos sucessivos "pacotes fiscais" dos últimos 24 meses que implantaram o acréscimo de receita e prometeram a redução de despesas. A contenção dos gastos nunca passou das promessas!

O momento atual é de perplexidade na área econômica. As taxas de investimento e poupança têm declinado, o crescimento desacelerado e a recessão profunda se avizinharam. Como o investimento de hoje é o crescimento de amanhã, não se vê luz no fim do túnel. A redução da taxa de investimento no final dos anos 80 lança sombra sobre o crescimento dos anos 90. A menos que se mude, radicalmente, o panorama. Já! Isto porque o prazo médio de maturação de um projeto, do planejamento à execução, leva em média 5 anos, o que nos remeteria de pronto a 1993.

Ao contrário das práticas cartoriais, paternalistas, estatizantes, populistas, demagógicas e xenófobas que se instalaram na Assembleia Nacional Constituinte, com aval de alguns empresários, é necessária uma aragem liberalizante sobre a economia brasileira. Esta é, aliás, a tendência que se verifica nos diversos cantos do mundo, aí incluídos a URSS e China, com destaque para as experiências coreana, inglesa, francesa e espanhola.

Se o futuro foi-se embora nos anos 70, é possível trazê-lo de volta nos anos 90, para que possamos oferecer novas condições de desenvolvimento aos nossos filhos e netos. Para tal, há que se modificar o famoso dito popular. Vamos passar do lema anarquista de que "se há governo sou contra", para uma versão moderna do "quanto menos Governo melhor".